
Lugar e Sujeito: a Identidade e o Pertencimento no Documentário Desapropriado¹

Nádia MOCCELIN²

Dirce Vasconcellos LOPES³

Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR

RESUMO

O presente artigo dedica-se ao estudo e análise da relação do homem com o espaço em que vive. A maneira como o indivíduo relaciona-se com o ambiente onde está inserido, estabelecendo ali vínculos identitários, culturais, sociais e territoriais serão analisadas a partir do documentário *Desapropriado*, de 1983, dirigido por Frederico Fullgraf. Tal produção debruça-se sobre o episódio vivido por centenas de famílias do oeste paranaense, perante a imposição e execução do projeto da usina de Itapu, nas décadas de 1970 e 1980.

PALAVRAS-CHAVE: Lugar; Itaipu; espaço; caráter; documentário; Jornalismo Audiovisual.

Introdução

Embalado por uma busca incessante de progresso e desenvolvimento econômico proposta pelo até então presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, o início da década de 1950 foi um período de grandes transformações em todo o país. Era a política dos “50 anos em 5” que guiava os caminhos de diversos projetos e obras ambiciosas, as quais segundo tal discurso, trariam um desenvolvimento eficaz e acelerado.

Grandes empreendimentos surgiram nesse período e em comum, todos reuniam as mesmas características: uma união de esforços políticos e privados para elevar o desenvolvimento do capitalismo no país e poucas discussões acerca das condições gerais de produção, como sistemas de engenharias adequados, infraestruturas eficientes, suporte social e necessário a tais transformações (SANTOS, 1993). Foi a soma desses fatores que desencadearam no cenário denominado por Milton Santos (1993), como anulação, o pisoteamento e desrespeito aos direitos políticos e direitos individuais.

O modelo político e o modelo cívico foram instrumentais ao modelo econômico. As esperanças com que este último acenava às massas eram por demais sedutoras,

¹ Trabalho apresentado no GP Telejornalismo, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestra em Comunicação, Universidade Estadual de Londrina (UEL), e-mail: nadiamoccelin@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Professora do Mestrado em Comunicação da UEL, e-mail: dircevl@sercomtel.com.br.

e estas massas eram despertadas para a necessidade, o interesse, a vantagem de ampliação de consumo, mas não para o exercício da cidadania, que era cada vez mais amputada (SANTOS, 1993, p. 3).

O modelo cívico citado pelo autor refere-se a coexistência de dois componentes principais: a cultura e o território. Dentro da política de desenvolvimento imposta pelo governo da época, o componente territorial fora bastante prejudicado. Uma proposta que corroborou para a precarização desse direito do cidadão foi o projeto da construção da Itaipu, executado no extremo oeste do Paraná, responsável pela desapropriação de centenas de famílias, cujo impacto social e cultural foi bastante significativo.

De acordo com Santos (1993), as mudanças de território dentro do Brasil sempre foram constantes e aumentam gradativamente, recenseamento após recenseamento. Mas, o ponto que necessita ser observado nesse contexto está ligado à causa de tais movimentos migratórios. Em geral, o autor pondera que tais transições não são ações espontâneas, mas forçadas, resultantes de um sistema mercadológico que não encontra no acesso à cidadania, uma forma de lucrar. Tal visão pode ser facilmente aplicada a proposta de construção de Itaipu. A falta de acesso à determinados serviços e produtos, bem como a execução de determinados projetos imobiliários e políticos agravam ainda mais o desrespeito ao componente territorial, básico ao cidadão.

Que dizer, por exemplo, das mudanças brutais que se operam na paisagem e no ambiente, sem a menor consideração pelas pessoas? A lei é a do processo produtivo, cujos resultados ofendem, expulsam e desenraizam as pessoas, e não a lei que assegure o direito à cidade ou, ao menos, o direito ao entorno (SANTOS, 1993, p. 47).

No Paraná, no fim da década de 1970 e início dos anos de 1980, esse foi o conflito pelo qual centenas de famílias da região oeste passaram. A ideia de construir um desvio no leito do rio Paraná⁴, transformaria não só a vida de diversas pessoas, mas também a geografia e a paisagem local. Era uma batalha por terra, espaço, trabalho, identidade, cultura e poder.

Itaipu Binacional: um Projeto Político Nacional

⁴ O rio Paraná é fruto do encontro dos rios Paranaíba e Grande. Seu leito forma a fronteira entre os países Brasil e Paraguai.

Integrantes de um pacote de investimentos e modernizações propostos pelo governo anterior, os primeiros projetos de construção da Itaipu surgiram na década de 1960, quando o Brasil era comandado pelo presidente João Goulart. Naquele período, o país tinha grande intuito em investir na produção de energia nacional por meio de usinas hidrelétricas e a Itaipu então, seria a maior delas (GERMANI, 2003).

Desde o início, as propostas reportavam-se à projetos inteiramente nacionais, com investimentos e produção energética exclusivamente para o território brasileiro. Mas, quando a região de Sete Quedas⁵ passou a ser cogitada como área em potencial, surgiram as primeiras divergências diplomáticas.

O gargalo do país era a energia. Havia muitos rios, mas poucas usinas. Na época de JK [presidente Juscelino Kubitschek, 1956-1961] fizeram duas grandes usinas, mas, ainda assim, para o processo de industrialização ser alavancado como se pretendia, era necessária a construção de mais uma usina, principalmente para abastecer o Sudeste. O governo se fixou em Sete Quedas, queria desenvolver um projeto ali, porque havia um potencial enorme e totalmente brasileiro. Nessa época não se cogitava fazer algo em parceria com o Paraguai (CARLETTO LIMA, 2010).

O grande potencial energético encontrado no leito do rio Paraná; o surgimento de uma possível parceria entre Paraguai e Argentina para a construção de uma usina em conjunto; e as desavenças diplomáticas que estavam surgindo acerca da região de fronteira entre os países vizinhos, pelas águas do Paraná; levaram o Brasil a tratar da construção da Itaipu, de uma forma também política.

Para o governo brasileiro, as relações diplomáticas e políticas na América Latina, naquele momento, eram tão importantes quanto o desenvolvimento nacional. A saída encontrada fora agregar à Itaipu, o vizinho Paraguai, somando forças assim, para a construção da usina no leito do rio fronteiro.

Após o período burocrático do projeto, com assinatura de atas, formação de comissões e assinatura de parcerias entre Brasil e Paraguai, em 1973, o Tratado de Itaipu é finalmente firmado. No ano seguinte, o canteiro de obras começa a ser formado em Foz do Iguaçu e a partir de então, iniciam-se os conflitos em território nacional.

⁵ Sete Quedas era um conjunto de sete grandes saltos no rio Paraná, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Tal área encontrava-se dentro do Parque Nacional das Sete Quedas, criado em 1961, entre as cidades de Guaíra, no Brasil e Salto Del Guairá, no Paraguai. O alagamento dessa área para construção de uma usina resultaria na submersão completa dos saltos, descaracterizando a paisagem local.

Os motivos eram evidentes: a contrariedade de ambientalistas e da sociedade em geral contra o desaparecimento das Sete Quedas; o receio com o impacto de tamanha transformação na paisagem e na geografia da região, bem como os desentendimentos e impasses entre as famílias atingidas pela formação do lago e a Itaipu.

No Brasil, uma área de 780 km² foi inundada, comprometendo terras nas cidades de Foz do Iguaçu, São Miguel, Medianeira, Matelândia, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Guaíra. Nesses locais, deixaram de ser colhidos: “mais de 100 mil toneladas de soja, cerca de 31 mil toneladas de trigo, quase 34 mil toneladas de milho, cerca de 1500 toneladas de feijão, mais de 27 mil toneladas de mandioca, em torno de 1700 toneladas de arroz e 24 toneladas de café” (JORNAL NOSSO TEMPO⁶, 1980 *apud* RIBEIRO, 2002, p. 28).

Além das propriedades rurais e dos centros das cidades, 95 escolas e 42 espaços religiosos foram indenizados pela empresa binacional. Cemitérios da região também tiveram de ser transferidos, recolhendo os restos mortais de 1090 pessoas (RIBEIRO, 2002).

Mas as conturbações no processo de realização de Itaipu iam além. Para retirar as populações das áreas afetadas, um projeto de desapropriação foi estruturado. Um prazo de quatro anos fora estabelecido e, enquanto a Itaipu não necessitava das terras, permitiu-se a quem já tivesse sido expropriado fornecer uma carta de anuência aos bancos e financiar custeios para plantar soja, milho e trigo no tempo restante. Foi a partir de então que as desavenças entre Itaipu e os agricultores da região se concretizaram.

[...] os acordos com os colonos eram feitos de uma forma que provocavam uma desorganização social, uma vez que primeiramente eram indenizadas as lojas, farmácias, oficinas, etc., como foi o caso de Alvorada do Iguaçu, dificultando a permanência dos agricultores, visto que ficavam sem um mínimo de infraestrutura. Em geral, o preço pago pela Itaipu era muito menor do que o valor do mercado, e, ao mesmo tempo, era descontada a dívida do agricultor no banco (RIBEIRO, 2002, p. 29).

Agravando tal cenário, haviam ainda os danos imateriais, incontáveis, imensuráveis: a cultura, a identidade, o pertencimento, a comunidade, a integração. E nesse sentido, considerava-se não só a perda da terra, mas também a condição de identidade e inserção social das famílias nos grupos onde residiam. Prezavam-se pelos

⁶ Cf. Jornal Nosso Tempo, 03 dez. 1980, p. 8

“laços de vizinhança, cheiro da terra, das cores e frutos da terra, da memória de uma vida que o lago encobriu” (RIBEIRO, 2002, p. 49).

Nessas áreas, projetos e planos de vida foram interrompidos para diversas famílias pelo projeto nacional da Itaipu. O documentário *Desapropriado*, objeto de estudo do presente artigo, apresenta a luta e a realidade de quem teve a vida modificada por tal episódio, vivendo diariamente, as conturbações desse projeto.

O Documentário *Desapropriado*: um Olhar Sobre a Terra, a Identidade, o Homem e o Poder

Pela notoriedade e relevância do projeto proposto para a Itaipu, tal assunto tornou-se na época, uma pauta de interesse nacional e internacional. Logo, as produções acerca desse tema tomaram conta dos jornais e emissoras de tv e rádio nas décadas de 1970 e 1980. Muitos materiais foram produzidos ao longo dos dez anos de construção: fotografias, matérias de jornal, reportagens televisivas, séries de rádio, documentários.

Dentre tantos, um deles dedicou-se a registrar o drama enfrentado pelas famílias, que devido a formação do lago, teriam suas terras completamente inundadas e a única saída ofertada fora a desapropriação.

Figura 1- O documentário



Fonte: *printscreen* Desapropriado. Data: 2017

Produzido em 1982 e divulgado no ano seguinte, o documentário *Desapropriado* narrou o drama e a luta de cerca de 15 famílias das cidades de São Miguel do Iguçu, Santa Helena e Foz do Iguçu, durante o período de negociação das indenizações

realizadas pela Itaipu. Utilizando-se das especificidades dessa ferramenta audiovisual, o produtor e diretor Frederico Fullgraf⁷ utilizou a voz do seu documentário para expor ao conhecimento social a perspectiva singular vivida pelos agricultores da região, ciente de que tal material seria uma ferramenta não só de apresentação de ponto de vista, mas também de luta e manifestação.

A voz do documentário pode defender uma causa, apresentar um argumento, bem como transmitir um ponto de vista. Os documentários procuram nos persuadir ou convencer, pela força de seu argumento, ou ponto de vista, e pelo atrativo, ou poder, de sua voz. A voz do documentário é a maneira especial de expressar um argumento ou uma perspectiva (NICHOLS, 2005, p. 72).

O documentário fora financiado por uma agência de comunicação da Alemanha, a ABP, vinculada à Igreja Luterana. Nesse período, as instituições religiosas (católica e luterana) destacaram-se por amplo envolvimento e apoio aos movimentos sociais de luta e resistência dos agricultores.

Na produção audiovisual, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) colaborou, além do financiamento, com indicações de entrevistados, inserindo depoentes da instituição e trazendo suporte jurídico e técnico aos agricultores. Segundo o diretor Frederico Fullgraf, o documentário foi uma produção colaborativa, na qual mais de 30 pessoas envolveram-se para compor um material de estudo de caso sobre tal face das construções de uma usina, bem como subsidiar o trabalho de educação da Companhia Pastoral da Terra.

Desapropriado divide-se nas fases anteriores e posteriores ao processo indenizatório, mostrando assim, as dificuldades e resistências enfrentadas pelos agricultores na busca por um acordo digno; em contraponto a realidade após a mudança de território, trabalho, moradia e vida. Para isso, a produção acompanhou algumas famílias em suas novas cidades, capturando depoimentos em Santa Isabel do Oeste e Arapoti, no Paraná; Rio Branco e outras cidades (não especificadas) do interior do Acre. A estreia do material produzido foi na Cinemateca de Curitiba, em 1983.

De acordo com o diretor, houve grande cobertura da mídia do Paraná, por jornais e emissoras de tv da época. Além disso, uma versão do documentário em alemão circulou pela base da Igreja Luterana, na Alemanha.

Tendo em vista o cenário composto na época, o presente estudo investiga a luta registrada pelo documentário como uma disputa ou resistência que vai além de extensões

⁷ Entrevista concedida à autora em 19 jan. 2017.

territoriais. Quantos sentimentos podem habitar um lugar e quais transformações sua ausência pode trazer? Que valor monetário pode ser aferido ao sentimento de pertencer?

O Espaço e o Caráter do Lugar

“É evidente que o lugar faz parte da existência. Então, o que se quer dizer com a palavra lugar?” (NORBERG-SCHULZ, 2006, p. 444). O teórico norueguês Christian Norberg Schulz ao estudar a fenomenologia do lugar questionou-se sobre ao que nos referimos, o que entendemos e compreendemos quando nos reportamos à tal palavra. É evidente que, a princípio, ao pensarmos em lugar, imaginemos determinado ambiente, localização e por vezes, coisas concretas de substância material, textura, entre outras. Mas, o autor insiste que lugar significa mais do que uma localização.

Segundo Norberg Schulz, o fenômeno do lugar possui uma estrutura que pode ser classificada como “paisagem” e “assentamento” e analisadas segundo as categorias de “espaço” e “caráter”. Nessa classificação, o espaço está ligado a organização tridimensional dos elementos que compõe e integram o lugar. Já o caráter indica a atmosfera como propriedade mais pertinente ao lugar. Ambos, de acordo com o autor apresentam uma relação de interdependência e co-existência (NORBERG-SCHULZ, 2006).

Desmembrando tais conceitos, Norberg Schulz admite que quando se discute sobre espaço, o mesmo não surge como uma nova teoria dentro da arquitetura, mas que pode alcançar outros significados. Na literatura, por exemplo, o espaço é utilizado tanto como geometria tridimensional, quanto como campo de percepções. Para ele, ambas são insatisfatórias para a fenomenologia do lugar por prenderem-se a estrutura do espaço concreto.

Nesse ponto, Norberg Schulz introduz o urbanista Kevin Lynch como referência ao estudo de elementos que embasam e orientam as pessoas no espaço, fortalecendo a ideia de que tal sentimento favorece, segundo o escritor, a sensação de pertencimento e identificação com o espaço em que o indivíduo se insere (NORBERG-SCHULZ, 2006). A composição de interior e exterior formada a partir dos elementos apresentados por Lynch sugerem à Norberg Schulz que os espaços possuem graus variados de extensão e cercamento, redefinindo as estruturas de paisagem e assentamento.

Enquanto as paisagens se diferenciam por terem extensões variáveis, mas basicamente contínuas, os assentamentos são entidades muradas entre fronteiras. Portanto, assentamento e paisagem mantêm entre si uma relação de figura-fundo. De modo geral, tudo o que fica encerrado se manifesta como ‘figura’ contra o vasto fundo da paisagem. O povoamento perde sua identidade quando tal relação se corrompe, da mesma forma como a paisagem perde sua identidade de ampla extensão (NORBERG-SCHULZ, 2006, p. 450).

Com relação ao caráter do lugar, Norberg Schulz compreende tal conceito como, simultaneamente, mais geral e mais concreto do que o espaço. Ele vai indicar, ao mesmo tempo, a atmosfera abrangente e geral, bem como a forma e a substância concreta dos elementos que o definem. Toda presença real está diretamente ligada ao caráter do lugar e geralmente, todos os lugares possuem um caráter. Essa é a qualidade peculiar, que até certo ponto, é uma função do tempo e refere-se a maneira básica de como o mundo nos é dado. “Ele muda com as estações, com o correr do dia, e com as situações meteorológicas, fatores que acima de tudo, determinam diferentes condições de luz” (NORBERG-SCHULZ, 2006, p. 451).

Como consequência, somente a partir do que lhe é oferecido pelo lugar, o homem passa a construir o próprio espaço. “Em outras palavras, o homem ‘recebe’ o ambiente e faz convergir para ele as construções e as coisas. Desse modo, as coisas ‘explicam’ o ambiente e evidenciam seu caráter” (NORBERG-SCHULZ, 2006, p. 452). Assim, observa-se o solo, o céu, as fronteiras, os elementos e marcos do espaço, para então, formarmos o caráter do lugar. Nesse processo de observação e formação dos lugares construídos pelo homem, o autor estabelece três formas básicas de relacionamento com a natureza.

Em primeiro lugar, o homem deseja fazer a estrutura natural mais exata. Isso é, ele quer *visualizar* ‘seu modo de entender’ a natureza, dando ‘expressão’ à base de apoio existencial que conquistou. Para tanto, ele *constrói* o que viu: onde a natureza insinua um espaço delimitado, constrói uma área fechada; (...). Em segundo lugar, o homem tem de *simbolizar* seu modo de entender a natureza (inclusive ele mesmo). A simbolização implica ‘traduzir’ para outro meio, um significado experimentado. Por exemplo, um determinado caráter natural é traduzido em uma construção cujas propriedades de algum modo o exprimem. (...) Finalmente, o homem precisa *reunir* os significados aprendidos por experiência a fim de criar para si mesmo uma *imago mundi* ou microcosmo que dê concretude a esse mundo. A reunião desses significados depende, é claro, da simbolização e pressupõe uma transposição de sentidos para um lugar, que por isso, assume o caráter de um ‘centro’ existencial. Visualização, simbolização e reunião são aspectos do processo geral de fixar-se num determinado lugar; e habitar, no sentido existencial da palavra, depende dessas funções (NORBERG-SCHULZ, 2006, p. 453).

Conforme o autor, a palavra habitar indica as relações entre o homem e o lugar. “Quando o homem habita, está simultaneamente localizado no espaço e exposto a um determinado caráter ambiental” (NORBERG-SCHULZ, 2006, p. 455). Nessa condição Norberg-Schulz denomina de orientação e identificação as duas funções psicológicas desse estado, partindo do entendimento que para conseguir uma base sólida na existência ele necessita saber onde está, se localizar; bem como saber como está, como identifica-se nesse meio.

A ideia de identificação aqui apresentada indica a existência de uma relação amistosa com determinado ambiente, onde exista um caráter, uma atmosfera e um espírito de pertencimento do indivíduo com relação ao local que ele habita. O ambiente apresenta-se como portador de um significado que corresponde a relação do mundo interior e exterior do homem, entre seu corpo e espírito. Por isso, é a identidade humana que pressupõe a identidade do lugar (NORBERG-SCHULZ, 2006).

Identificação e orientação são aspectos essenciais do estar-no-mundo do homem. Enquanto a identificação é base do sentimento de *pertencer*, a orientação é a função que o torna capaz de ser aquele *homo viator* [homem peregrino] que faz parte da sua natureza. Caracteristicamente, o homem moderno, por muito tempo, deu ao peregrino um papel de honra. Ele desejou ser ‘livre’ e conquistar o mundo. Hoje começamos a compreender que a verdadeira liberdade pressupõe um sentimento de pertencer e que ‘habitar’ significa pertencer a um lugar concreto (NORBERG-SCHULZ, 2006, p. 458).

Sendo assim, o que se pode dizer sobre a identidade e a aproximação do grupo investigado com o espaço que habitavam, a partir do documentário? De que modo um projeto capitalista e audacioso como o de Itaipu impacta sobre as relações sociais e cidadãs dos desapropriados? O que tal episódio diz sobre o homem e seu território de vida?

Desapropriado: os Expropriados de Itaipu e a Relação com o Lugar

Na produção audiovisual de Frederico Fullgraf, 15 moradores dão seus depoimentos em diferentes estágios da construção da usina, bem como em diferentes regiões do alagamento. Alguns aparecem ainda em suas casas, antes da mudança, outros quando já perderam suas terras. Há, ainda, aqueles que no momento da produção visual, observam tudo se perder. Em comum na maioria das falas capturadas, apresentam-se alguns pontos levantados e analisados por Norberg-Schulz, em seus estudos e pesquisas sobre o fenômeno do lugar.

O primeiro deles surge no início do documentário, quando os irmãos Kolling apresentam a situação dos agricultores e de imediato, dão caráter ao lugar em que vivem. “Nessa nossa comunidade aqui, tinha aproximadamente 45 famílias que faziam parte dessa comunidade. Nós tínhamos nossa igreja e tal, salãozinho de baile. Nós tinha de tudo...” (DESAPROPRIADO, 1983, 2’40- 1). Na sequência, outro depoimento insere a história de um morador que acabara de ver sua própria casa ser posta à baixo.

Eu assisti, desde o começo na hora que chegaram. Eu tava sozinho, os filhos não tavam nenhum aí. Eles começaram e disseram que tinham que fazer o despejo. Pois não, tá pronto. Tá aí, pode fazer. Daí já começaram a fazer e derrubar e aí já aconteceu tudo isso. (...) [A Itaipu] Pegaram tanto dinheiro e botaram fora, podiam de ter pagado mais essa arezinha, que eu vim aqui desde o começo trabalhar. Não precisam me matar! (DESAPROPRIADO, 1983, 3’09-1).

Em ambos os momentos, os moradores referem-se a ambientes físicos, construídos, mas que como consequência colaboram para a formação de determinada atmosfera ao ambiente. Os espaços da comunidade citados pelos dois irmãos, indicam que ali tinham tudo que precisavam: espaço, caráter, identificação e orientação. Eram os elementos completos do espírito e da estrutura do lugar que habitavam. Isso tudo iria desaparecer em um futuro próximo. Como se orientariam sem os tê-lo?

Em A Memória Coletiva, o autor Maurice Halbwachs (1990) relaciona o espaço físico e sua composição à nossa memória e identidade. Para ele, o espaço atua como um elemento evocativo de lembranças pessoais e coletivas. Ao passarmos determinados momentos em um local, transferimos para ele, o sentimento vivido, seja ele bom ou ruim. Quando há uma vivência em grupo, uma vida em comunidade, o lugar passa a receber a marca desse grupo que consolida um sentido único para seus membros.

O lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. (...) Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é quase inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos, naquilo que havia nela de mais estável (HALBWACHS, 1990, p. 133).

Para Norberg-Schulz, “habitar uma casa significa habitar o mundo” (2006, p. 447). São os elementos criados pelo homem que os conectam e transformam a natureza em paisagem cultural. A estrutura das casas, com aberturas em portas e janelas, é a ligação do mundo interior e exterior, habitado pelo homem. Esse é um dos vínculos mais fortes

do indivíduo com seu espaço. Isso também o faz ser lugar. O morador despejado acabou por perder naquele momento a orientação, a identificação, o pertencimento com o espaço que habitava.

Faz parte da natureza do homem, construir para pertencer. Tal vínculo é associado por ele à sua própria morte, como se uma parte dele, uma parte de suas memórias e de sua própria vida se desmanchasse com a casa também. É a desconstrução de lembranças, a opressão pela partida, o desenraizamento de histórias.

O desenraizamento é uma condição desagregadora da memória: sua causa é o predomínio das relações de dinheiro sobre outros vínculos sociais. Ter um passado, eis outro direito da pessoa que deriva de seu enraizamento. Entre as famílias mais pobres a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante. Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças (BOSI, 1994, p. 443).

Por diversas vezes ao longo do *Desapropriado*, a ausência dos prédios da comunidade, como a igreja, salão de festa, entre outras, acabam retornando aos depoimentos. Somam-se à ela, as mudanças físicas e geográficas que a formação do lago de Itaipu começa a acarretar na paisagem. São as demolições, abandono de casas, elevação do nível da água, aparecimento de animais, perda na lavoura e na pesca.

Café, tomate e laranja, tudo morto. Lugar que vai água todo ano o café não sai, de jeito nenhum. Tem café aí de dez anos, agora vem morre aí agora. De 25 pés de ponkan que deu, tudo perdido, tá tudo lá seco. Mangueira tá morrendo tudo. Um fracasso com o milho, a batata, arroz, tudo foi por baixo d'água. É o fracasso esse país brasileiro. Até trabalho pra nós que trabalha com pescaria, piorou demais. A gente não acha mais lugar de acampar, parece que até pra pegar peixe ficou mais difícil. A gente passa mais mal na vida porque quando tinha bastante gente na ilha, se a mercadoria do pescador acabasse, o primeiro barraco que ele achasse, eles quebravam o galho. Agora, se a gasolina acabar, tem que passar fome (DESAPROPRIADO, 1983, 00'44 -2).

Essa alteração no caráter da paisagem, vem ao encontro do que Norberg-Schulz já previa para as relações com os lugares. “A estrutura de um lugar não é fixa e eterna. É normal que os lugares mudem, às vezes rapidamente” (NORBERG-SCHULZ, 2006, p. 454). É claro que na ocasião, o autor poderia estar fazendo referência apenas à fenômenos naturais, mas a colocação serve também para a região em análise, cuja estrutura espacial e do lugar fora repentinamente transformada. Mudança essa que descaracterizou o

ambiente, desorientando os moradores quanto ao caráter e o espaço do lugar. Tornaram-se estranhos em sua própria localização geográfica.

A atmosfera de uma comunidade com casas abandonadas, igrejas destruídas, salões sociais e áreas comerciais demolidas não os faziam sentir inseridos, embora ainda não tivessem deixado tal área.

Conforme considera Halbwachs (1990), o espaço físico é um fator importante para a normalidade social. Modificações estruturais nele, são elementos que favorecem a crise, seja ela individual ou coletiva.

O equilíbrio mental decorre de boa parte e, primeiro, pelo fato, que os objetos materiais com os quais estamos em contato diário mudam pouco, e nos oferecem uma imagem de permanência e estabilidade. É como se fosse uma sociedade silenciosa e imóvel, estranha à nossa agitação e às nossas mudanças de humor que nos dá a sensação de ordem e quietude (HALBWACHS, 1990, p. 131).

Para aqueles que migraram de região pelo país, o estranhamento veio acompanhado pela casa, pela terra, pela comunidade. Mesmo já reinstalados, a sensação de pertencimento ao novo local ainda não havia se concretizado. Era a soma do caráter, de uma atmosfera espacial e comunitária diferente, com um espaço físico e geográfico de novas características, diferentes das anteriores. “Antes era uma maravilha, uma comunidade unida e nós queríamos continuar reunidos. Queríamos ficar aqui, aqui no oeste do Paraná” (DESAPROPRIADO, 1983, 17’22 -2).

Como o homem nórdico que não se relaciona bem com o nevoeiro, a neve ou os ventos gelados, os desapropriados, por vezes, abandonaram seus novos locais, sentindo-se desconectados de tal ambiente. Era como se, ao contrário do processo natural do homem em seu lugar, os moradores não se adaptassem ao que o espaço lhes oferecia. Era uma terra diferente. “O arroz que nós plantemos, não deu. O bichinho comeu. Feijão não dá. Milho não dá. Só do terceiro ano em diante e conforme a terra. Se a terra for um pouco melhor ela dá, mas terra igual aqui do bananal não dá” (DESAPROPRIADO, 1983, 23’20- 2).

Além disso, os locais para onde algumas das famílias foram realocadas eram cidades pouco desenvolvidas e desestruturadas, com difícil acesso a serviços sociais básicos. Muitos deles, mudaram para regiões distantes e encontraram apenas precariedade e desilusão.

Aonde eu moro, ataca muito a malária demais. Minha família, todos ficaram doente. Perdi uma filha, morreu minha filha lá na colônia. E a gente não tem uma assistência total como a gente tem falado com o INCRA. Então, eu morava lá em Medianeira, lá na Itaipu antes. Tinha dez alqueires de terra lá, vendi meus dez alqueires de terra. Vim aqui pra ter toda assistência de carro, medicamento, escola e tudo isso aí. Então, o que acontece é que nós recebemos, de tudo que eles falaram foi: morte, doença e desprezo aqui no meio do mato. Então eu me obriguei, com a minha esposa, a pegar os meus filhos, o que resta agora da minha família vivo ainda, todos doente, fraco, trouxe até o Rio Branco [Acre], com pena da gente não pode nem paga uma passagem e nem pode dar uma gratificação pros caminhoneiros pela estrada (DESAPROPRIADO, 1983, 19'35- 2).

Tal relato dimensiona claramente uma transposição e alteração não só de localização geográfica, mas de espaço social, de inserção, de acessibilidade, de condição de vida. O lugar de onde tantas famílias foram retiradas era rico em atmosfera comunitária, oportunidade de trabalho, sociabilidade e inserção social. Eram áreas estruturadas, satisfatórias para que seus moradores se sentissem integrados à comunidade.

Tal fato reitera a ótica do território como fonte de poder: poder de controle social, de posição, de exclusão ou inclusão e de domínio. Conforme Santos (1993), onde se está, diz muito sobre o quão cidadão se é, se pode ser.

Cada homem vale onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende da sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão, depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. (SANTOS, 1993, p. 81).

Considerações Finais

As relações do sujeito com seu espaço demonstram os vínculos físicos e emocionais que o homem, por meio do tempo, desenvolve com seu ambiente. É um pertencer, habitar, identificar e encontrar a si mesmo, por meio de um lugar. A resistência e luta daqueles que se negam a deixar um espaço, é um clamor de desespero por não querer deixar também a si, não querer perder suas raízes ou enfraquecer seu próprio sentimento de localização no espaço. A imagem ambiental do nosso próprio lugar é responsável não só pela orientação espacial, mas também pela segurança emocional, pelo bem estar e pelo equilíbrio.

O documentário *Desapropriado* evidencia o quão forte e sólida é nossa relação com o lugar, que ultrapassa os vínculos materiais e mercadológicos, ampliando-se para

um pertencer, identificar, se reconhecer. A ruptura política dessa ligação traz o caos, a confusão, a desordem social, a fragmentação de laços, o enfraquecimento das lembranças e da própria história do grupo afetado. Nessa sociedade que busca desesperadamente o se desenvolver, o evoluir, o construir para destacar, o território ganha não só valor, mas também preço. E o preço, por vezes, não faz jus ao valor. A casa, a comunidade, a crise da terra para o trabalho. Episódios como a desapropriação trazem ausência de lugar e também de cidadania.

Em comum em todos os depoimentos, a desorientação e não-identificação prevalece na voz dos moradores. São histórias de famílias já integradas à terra, ao clima, ao espaço e ao caráter da região. É indiscutível que tamanha luta e resistência foi motivada também pelo pertencer, pelo habitar pleno que tais famílias possuíam ali. A desapropriação gerada pelo execução do projeto Itaipu trouxe à eles a ciência de que estavam inseridos em novas regiões, conscientes que haviam ganho um pedaço de terra, mas perdido seu próprio lugar. Lugar social, lugar cidadão.

Reitera-se que o território significa também representatividade, inserção, acesso, qualidade de vida e poder. Poder que nos faz enxergar apenas alguns, e não todos. Poder que faz o grito dos marginalizados ecoar pelos morros, pelas ocupações, pelas encostas. Poder que se dobra a um sistema que, silenciosamente, diz quem vive aqui e quem sobrevive acolá.

Materiais como o documentário discutido no presente estudo são ferramentas de resistência, de luta e de voz. Eles são importantes alternativas de discursos para os marginalizados, os desapropriados, os silenciados. São meios de disputa por memória, história, território e lugar social.

Referências

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARLETTO LIMA, Ivone. **As águas turbulentas da discórdia**: depoimento. 15/05/2010. Curitiba: Gazeta do Povo. Entrevista concedida a Breno Baldrati. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/cadernog/conteudo.phtml?id=1003141>. Acesso em: 2 fev. 2017.

DESAPROPRIADO. Direção: Frederico Fullgraf. Curitiba: Mutirão Produções Cine-Áudio-Visuais, 1983. 01 VHS (58min).

FULLGRAF, Frederico. **Documentário Desapropriado**. Londrina, 19 jan. 2017. Entrevista à Nádia Moccelin.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados**. Terra e água: o conflito de Itaipu. Canoas: Ulbra, 2003.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva e o espaço. In: **A Memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990, p. 131-160.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Tradução: Mônica Saddy Martins. Campinas: Papirus, 2005.

NORBERG-SCHULZ, Christian. Fenomenologia do significado e do lugar. In: NESBITT, Kate. (Org.) **Uma nova agenda para a arquitetura**. São Paulo: Cosac Naify, 2006. Cap. 9, p. 443-489.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do concreto: vozes na construção da Itaipu**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993.